



## PODER

# Um nebuloso balcão de negócios

Revelação de Marcos do Val, de que recebeu R\$ 50 milhões em emendas do orçamento secreto para apoiar a eleição do presidente do Senado, atesta a falta de transparência na indicação de recursos públicos. Caso será denunciado à PGR

» MICHELLE PORTELA

Edilson Rodrigues/Agência Senado

A revelação do senador Marcos do Val (Podemos-ES) de que recebeu R\$ 50 milhões em emendas do orçamento secreto por ter apoiado a eleição de Rodrigo Pacheco (PSD-MG) à Presidência da Casa voltou a levantar o debate a respeito da falta de transparência no Congresso sobre a distribuição de recursos públicos.

O partido de Marcos do Val se apressou em fazer uma reprimenda pública ao senador e enfatizou ser contra o esquema instalado no Parlamento — a destinação de recursos das chamadas emendas de relator, as RP-9, que favorece, principalmente, aliados do governo. “Nós, senadores pelo partido Podemos, declaramos que somos contrários ao recebimento de verbas ou recursos provenientes das emendas RP-9 (orçamento secreto). Não compactuamos com essa forma de se fazer política. Entendemos que as emendas individuais e de bancada são suficientes. Sempre defendemos o fim das emendas RP-9”, diz a nota.

As declarações de Marcos do Val provocaram reações de outros congressistas. O senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) disse que vai ingressar com uma representação na Procuradoria-Geral da República (PGR) pedindo a apuração dos fatos e acionará, também, o Conselho de Ética do Senado, na segunda-feira. “Distribuição de dinheiro público como gratificação por voto não é só imoral, é crime”, criticou o parlamentar, que sustentou jamais ter recebido recursos do orçamento secreto.

Em entrevista ao *Estadão*, publicada ontem, Marcos do Val afirmou ter recebido R\$ 50 milhões em emendas por “gratidão”, por ter apoiado a eleição de Pacheco ao comando do Congresso, em fevereiro de 2021. Ele disse ter sido informado a respeito dos recursos pelo senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), que articulou a campanha do político do PSD.

Derrotada por Pacheco na eleição (leia Saiba mais), a senadora Simone Tebet (MDB-MS) disparou críticas ao orçamento secreto e defendeu a apuração do caso. “Verbas públicas decididas em salas fechadas para comprar votos na eleição e em



Marcos do Val (D) disse que foi informado por Davi Alcolumbre (C) sobre o recebimento de emendas no valor de R\$ 50 milhões: “Gratidão”

### Desobediência

No ano passado, o Podemos declarou apoio à eleição de Simone Tebet (MDB-MS) para a presidência do Senado, que ocorreu em fevereiro. Marcos do Val e o senador Romário (RJ), que mudou para o PL, apoiaram Rodrigo Pacheco (PSD-MG), contrariando a decisão da bancada. Na ocasião, o Planalto liberou verbas do orçamento secreto para favorecer Pacheco na eleição do Senado, e Arthur Lira (Progressistas-AL) na disputa pela presidência da Câmara.

votação de projetos são corrupção pura. O orçamento secreto revela a falta de rumo do Brasil e de um presidente refém da velha política que prometeu combater”, reprovou, numa referência a Jair Bolsonaro (PL). “Triste país que precisa escolher entre a corrupção



**Verbas públicas decididas em salas fechadas para comprar votos na eleição e em votação de projetos são corrupção pura”**

**Simone Tebet (MDB-MS), senadora derrotada por Pacheco na eleição à presidência da Casa**

do mensalão e do petróleo e a corrupção da educação e do orçamento secreto.”

### “Mal-entendido”

Ante a repercussão do caso, Marcos do Val alegou ter sido “mal interpretado”. “Fiz

referência à existência de critérios no Senado para indicações transparentes de recursos por senadores, inclusive elogiando a postura do presidente Pacheco nesse sentido. Sobre as específicas indicações que fiz de emendas orçamentárias desde que assumi o mandato, isso é uma prerrogativa parlamentar, totalmente lícita, transparente, um compromisso que assumi quando eleito para ajudar o meu estado e municípios”, argumentou. “Reforço, mais uma vez, que todo o recurso orçamentário recebido foi destinado ao Espírito Santo e, por iniciativa própria, sempre foram informados na sua integralidade ao Ministério Público do ES. Peço desculpas por eventual mal-entendido.”

Pacheco não se pronunciou sobre o assunto. Entretanto, a assessoria dele destacou que se tratava de uma informação “confusa”. Alcolumbre também não se manifestou.

### Fiscalização

Secretário-geral e fundador da ONG Contas Abertas, Gil Castello Branco ressaltou que a falta de identificação da destinação dos recursos, como nomes de participantes das negociações, conota interesse em omitir informações importantes para quem busca fiscalizar o uso de recursos públicos.

“A transparência precária relativa às emendas de relator pode ser constatada quando no próprio site da Câmara, entre os R\$ 12,3 bilhões das indicações dos ‘autores’, cerca de R\$ 4 bilhões, ou seja, 1/3 das indicações, são atribuídos a ‘usuários externos’. Dentre os usuários externos, existe um classificado simplesmente como ‘assinante’, que indicou R\$ 23,6 milhões”, destacou o economista. O ‘campeão’ dos usuários externos em valores é Carlos Guilherme Junior, aparentemente servidor de uma cidade do interior de São Paulo, que indicou R\$ 120 milhões.”

Castello Branco destacou

### Memória

## Apoio de Bolsonaro

As eleições à Presidência do Senado tiveram como candidatos Rodrigo Pacheco (PSD-MG); Simone Tebet (MDB-MS); Major Olímpio (PSL-SP), que morreu em decorrência da covid-19 em março de 2021; Jorge Kajuru (Cidadania-GO) e Lasier Martins (Podemos-RS) — os três últimos, no entanto, desistiram e acabaram apoiando a senadora emedebista.

A candidatura de Pacheco contou com o apoio do presidente Jair Bolsonaro e de pelo menos 10 partidos: PSD, PP, PT, DEM, PDT, Pros, PL, Republicanos, Rede e PSC.

Já Simone teve o apoio declarado do seu partido e de senadores do Podemos, do Cidadania e do PSB, além de parte do PSDB e votos de parlamentares dissidentes das legendas que apoiaram o atual presidente do Senado na disputa. Na ocasião, Pacheco recebeu 57 votos e Simone, 21.

que os nomes dos autores são encontrados em, até agora, 56 relações divulgadas, que precisam ser consolidadas para se obter uma visão global das indicações. “Nos portais que apresentam as execuções orçamentárias dessas emendas de relator, não há associação dos programas e ações orçamentárias e dos valores empenhados e pagos com as indicações”, frisou. “Além do mais, os dados mostram que os recursos bilionários são distribuídos sem qualquer critério técnico ou parâmetro socioeconômico, o que distorce as políticas públicas e amplia as desigualdades regionais e municipais.”

Líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR) defendeu o modelo e disse que não existe um orçamento secreto, uma vez que a tramitação segue os ritos do Executivo. “Tudo tramita nas áreas técnicas dos ministérios e, depois de aprovado, é repassado o recurso ao município”, comentou.

## Indicações chegam a R\$ 12,3 bi

Em meio à revelação feita pelo senador Marcos do Val (Podemos-ES) sobre as emendas de relator, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) divulgou que deputados e senadores fizeram indicações na ordem de R\$ 12,3 bilhões nas chamadas RP-9 neste ano. Embora aponte setores e ministérios, a lista não apresenta mais informações sobre a origem ou destinação dos recursos.

As emendas foram recomendadas à execução pelo relator Hugo Leal (PSD-RJ) dentro do prazo previsto pelo calendário eleitoral — até 4 de julho. Pela regra, conforme publicado na *Agência Câmara de Notícias*, novos pagamentos somente serão possíveis após o período

eleitoral, para o qual ainda há saldo de R\$ 4,2 bilhões.

Entre os parlamentares, 381 deputados fizeram 11.026 indicações, correspondentes a R\$ 5,7 bilhões. Senadores foram responsáveis por 48 indicações, que movimentam R\$ 2,6 bilhões. Desse total, foram feitas 16.636 indicações para despesas em oito ministérios, e 34 ações.

Entretanto, esse total engloba, ainda, 3.207 indicações de 1.716 usuários externos, que somam R\$ 4 bilhões. Usuários externos são, por exemplo, prefeitos. Assim, as emendas do relator atendem às demandas de pelo menos 8,3 mil usuários, entre prefeituras, governos estaduais e federal, além de entidades privadas sem fim lucrativo.

De acordo com a CMO, municípios receberão cerca de R\$ 10,6 milhões; governo estaduais, R\$ 814 milhões; entidades privadas sem fim lucrativo, R\$ 258 milhões, e consórcios públicos, pelo menos R\$ 9 milhões.

As indicações privilegiam, principalmente, manutenção e obras e equipamentos, com R\$ 8,1 bilhões e R\$ 4,1 bilhões. Serviços de Atenção Básica em Saúde para Cumprimento de Metas terão R\$ 4,4 milhões; de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas, R\$ 2,6 milhões; Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social, R\$ 1 milhão; e Implantação e Qualificação Viária, R\$ 983,4 mil. (MP)

Raisa Mesquita/Câmara dos Deputados



A lista de indicações foi divulgada pela Comissão Mista de Orçamento



**Nos portais que apresentam as execuções orçamentárias dessas emendas de relator, não há associação dos programas e ações orçamentárias e dos valores empenhados e pagos com as indicações”**

**Gil Castello Branco,** secretário-geral da Contas Abertas